CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 21/03/2024 - 05:56

Congresso põe fim à “saidinha” dos presos

CONGRESSO

Projeto de lei que veda liberação de detentos nos feriados é aprovado na Câmara e segue para a sanção do presidente Lula

Proibida saidinha de presos

» EVANDRO ÉBOLI

A Câmara aprovou, ontem, projeto que restringe a saída temporária de presos, a chamada “saidinha”. O texto é o mesmo que foi votado no Senado recentemente e seguirá agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo tem uma posição contrária a essa proposta, mas evitou polemizar na votação no Congresso. A decisão que o chefe do Executivo tomará é uma incógnita, já que se trata de uma pauta bolsonarista.

A votação do projeto foi simbólica, ou seja, nenhum parlamentar votou individualmente. Na verdade, todos deram aval ao texto aprovado pelos senadores. O voto “não” significaria o retorno do projeto que passou na Câmara em 2021, considerado muito mais duro e rigoroso com os presos. Era escolher um ou outro.

A proposta aprovada concede esse benefício da saída aos detentos do regime semiaberto apenas para cursar supletivo profissionalizante, ensino médio ou superior. Hoje, a saidinha é permitida por até sete dias em cinco vezes no ano, para visita a seus familiares ou para ações que contribuam para sua ressocialização. Essas possibilidades vão acabar se Lula sancionar integralmente o projeto.

O relator do projeto foi o deputado Guilherme Derrite (PL-SP), que se licenciou da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e retornou ao mandato para tratar da proposta. Ele afirmou que, se Lula vetar, vai cometer um “erro grotesco”.

“Será que o presidente terá coragem de vetar uma proposta votada com grande maioria, que vai derrubar o seu veto e que tem apoio maciço da sociedade?”, questionou ao **Correio**.

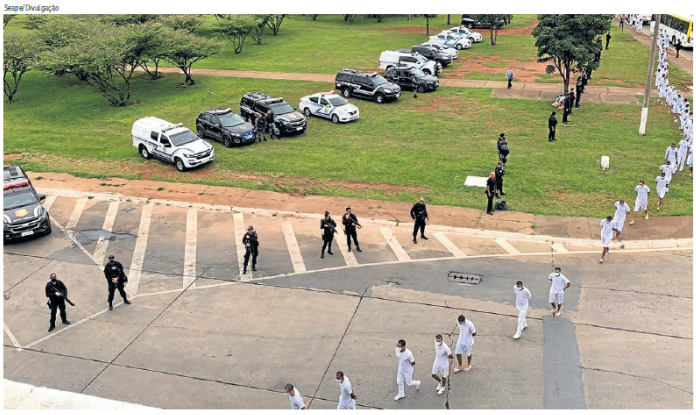
A votação do texto se deu entre vários discursos pró e contra a medida. Derrite afirmou que o projeto vai acabar com “cinco feriadões de uma semana” dos detentos que hoje têm direito à saída temporária.

“Explosão de violência”

Deputados da esquerda contrários ao projeto, caso do PSol, argumentaram que o fim da saidinha vai provocar “uma explosão de violência” nos presídios. O Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ) argumentou que a medida penalizará 95% das pessoas que cumprem a regra por causa de menos de 1% que não cumpre.

“Não podemos pensar política pública e legislação com base em exceção, negando os dados concretos. O debate está sendo feito de forma sensacionalista, que não resolve o problema da segurança pública”, justificou.

Seap-e/Divulgação



Saidinha de presos: benefício só será concedido aos detentos do regime semiaberto para cursar supletivo profissionalizante, ensino médio ou superior

Quatro perguntas para

PEDRO PAULO (PSD-RJ), AUTOR DO PROJETO DA SAÍDA TEMPORÁRIA

Como o senhor avalia o texto aprovado pela Câmara?

Apresentei esse projeto há 13 anos, em 2011, pela indignação em relação aos critérios para concessão de saída temporária, que precisariam ser revistas. Como (vetar) para gente que sai e comete crime e assassinato. No Rio, se libera chefe de facção criminosa. Apresentei esse projeto para estabelecer monitoração, exame criminológico. Até mesmo de mecanismos que estão na própria LEP (Lei de Execução Penal), vamos apertar um pouco isso. Em determinado tipo de delito, em vez de cinco saídas, reduzir para três. Mas acabar com o benefício porque 5% não volta na data estipulada para o presídio? E não significa que esses 5% cometeram delito. Eles podem ter voltado um ou dois dias depois.

Ou seja, o número dos que cometem crimes nesse universo é bem pequeno.

Se for pegar o dado de quem cometeu delito em São Paulo, por exemplo: dos 35 mil que puderam sair (no fim de 2023) têm uma média de 1.500 que não voltaram no dia. Mas quando você olha quem cometeu delito desses 1.500 que não retornaram no prazo, são 81 somente. Isso representa 0,23%. Aí tem que ter um princípio de razoabilidade. Por causa de 0,23% você vai suprimir direito de 99%. Isso (a saída temporária) é bom porque faz com que o preso faça um esforço de progressão para que retorne à sociedade em condição de voltar a viver em comunidade, à sua família, de trabalhar, gerar renda. O parlamento tomou hoje (ontem) uma medida que piora os sistema carcerário, estressa esse sistema.

O senhor entende que o fim da saidinha compromete a ressocialização?

Você tem hoje um universo de quase 55 mil pessoas que estão no sistema, na progressão de regime por bom comportamento. Desse total, são quase cinco mil mulheres, que são mães, lactantes, que estão com filhos pequenos. E que logo vão sair do sistema, porque já estão num processo acelerado de ressocialização. E agora esse direito de progressão foi escoimado. Esse fim da saída temporária não vai melhorar os índices de segurança pública, vai é estressar o sistema penitenciário. Teremos agora um sistema que suprime direitos, em que as pessoa vão ter mais dificuldade de voltar à sociedade.

E sobre a votação simbólica da proposta?

Hoje (ontem), tivemos uma situação regimentalmente de difícil entendimento porque todos votaram a favor. Significa votar a favor do texto que saiu do Senado do que o que já tinha saído da Câmara. O texto do Senado era menos pior do que o da Câmara. O que nós votamos ‘despiorou’ o que tinha sido votado aqui em 2022, que era acabar completamente. Foi simbólico.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.